

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2012
(Do Sr. Jefferson Campos)

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, com a finalidade de disciplinar a inclusão de nome de usuário inadimplente em cadastro de consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7º-B:

“Art. 7º-B. As concessionárias a que se refere o art. 7º-A, *caput*, desta lei não poderão comunicar a ocorrência de inadimplemento de pagamento de fatura de fornecimento dos respectivos serviços, por pessoas naturais, igrejas, templos e entidades beneficentes, a gestor de bancos de dados e cadastro de consumidores.

Art. 2º Esta lei entra em vigor depois de decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial. **JUSTIFICAÇÃO**

As empresas concessionárias de serviços públicos podem suspender o fornecimento dos respectivos serviços por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, sem que esta ação

descaracterize a continuidade do serviço. Esta possibilidade está prevista no art. 6º da Lei nº 8.987/95, que assim dispõe:

“Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

.....

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade”.

Por outro lado, a Lei nº 8.078/90, o Código de proteção e Defesa do Consumidor, estabelece que em seu art. 22:

“Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código”.

Da interpretação conjunta desses dois dispositivos legais decorrem posições divergentes entre juristas estudiosos do assunto. De um lado, há quem entenda ser abusivo o corte de água, de energia elétrica e de telefonia, por serem serviços essenciais e, neste caso, a lei posterior não pode revogar a anterior – uma lei especial - em observância do princípio da proibição de retrocesso. De outro, há juristas que entendem ser possível o corte de fornecimento quando não há interesse da coletividade. Assim, a concessionária não estaria infringindo a Lei nº 8.078/90 quando suspende o fornecimento do serviço à residência de usuário inadimplente, mas não poderia fazê-lo com um hospital ou unidade policial, por exemplo.

Por meio da presente proposição pretendemos mitigar as agruras dos usuários que se veem na contingência de atrasar o pagamento de serviços essenciais, mediante a criação de um novo direito para eles, pela via da vedação de comunicação do inadimplemento da obrigação aos chamados cadastro de consumidores ou sistemas de proteção ao crédito.

É possível que um cidadão em dificuldades financeiras atrase o pagamento de fornecimento de serviços públicos antes do de outras obrigações, já que a punição, sob a forma de corte, não é imediata. Mas, se os fornecedores comunicarem de pronto o atraso a bancos de dados de consumidores, aquele cidadão já não poderá negociar um crédito para equilibrar a situação adversa momentânea. Esta situação poderá levá-lo a um círculo vicioso, que o obrigará a cair nas malhas de agiotas.

Uma vez que lhe seja assegurado o direito de não ter sua situação comunicada às empresas de cadastro de consumidores, não lhe serão fechadas as portas de acesso ao crédito formal, junto a instituições financeiras, por exemplo.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei, em face de seu amplo interesse social.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado JEFFERSON CAMPOS

2012_19623